



Fórum para a Sociedade da Informação - Acessibilidade Web 2015

03 dezembro | 14:30 – 18:00 horas

Sala Polivalente
Fundação Portuguesa das Comunicações

APDSI e FCT entregam prémios de Acessibilidade Web 2015

O Fórum da Acessibilidade Web decorreu em Lisboa

Lisboa, 9 de dezembro de 2015 - A APDSI e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., realizaram, a 3 de dezembro de 2015, o Fórum para a Sociedade da Informação - **Acessibilidade Web**. O encontro realizou-se na Fundação Portuguesa das Comunicações, em Lisboa.

O evento realizou-se precisamente no **Dia Internacional das Pessoas com Deficiência** que, este ano, teve como lema a inclusão e capacitação. Em 2015 uma das áreas que foi mais estudada em matéria de acessibilidade e conformidade foi, precisamente, a Administração Pública e, apesar das melhorias verificadas nos últimos anos, o progresso português está, ainda, «longe da média europeia».

Face a esta nota introdutória, o **professor Ramiro Gonçalves, da Universidade de Trás os Montes e Alto Douro (UTAD) e Grupo de Negócio Eletrónico (GNE) da APDSI**, questiona se o conceito de acessibilidade será assim tão difícil de implementar. «Nós consideramos que é uma urgência», referiu.

O barómetro da acessibilidade web em Portugal surgiu em janeiro deste ano e fez, desde então, uma avaliação da acessibilidade web de forma automática nas mil maiores empresas e PME's portuguesas, focada na tipologia do erro/solução, nomeadamente na usabilidade das plataformas de comércio eletrónico. Para os testes de usabilidade a **equipa de investigadores contou com a participação de 20 pessoas cegas**. Todo este trabalho e chamada de atenção para os indivíduos com necessidades especiais, tem merecido a atenção de revistas científicas.

Na comparação 2014/2015 nas maiores empresas portuguesas há uma flutuação inferior a 10% mas, no universo de PME's, a diferença é muito grande porque, empresas que num ano

são consideradas PME Líder no ano seguinte podem já nem sequer existir. «Nas grandes empresas portuguesas a evolução tem existido, embora não seja muito grande. No universo das 250 maiores empresas do mundo, a maioria tem 50% de erros, são raras as que têm mais, e poucas têm apenas 20% de erros. Continuamos a ter erros sistemáticos e que são banais», lamenta o professor.

A principal conclusão a que o GNE da APDSI chegou é que há pouca sensibilidade para esta temática, daí a necessidade de, este ano, ter sido feita a **entrega de diplomas de mérito** às empresas «no sentido de perceberem que podem ganhar muito se equacionarem a possibilidade de ser mais acessíveis». Muitos dos premiados não compareceram à cerimónia porque, no entender de Ramiro Gonçalves, «quando isso acontece é circunstancial, foi por acaso terem um site com acessibilidade, mas, pelo menos, faz com que tenham em atenção esta problemática. A nossa missão é educar, divulgar, monitorizar e premiar, mas nunca destacar pela negativa». Para o professor, no “Portugal 2020” devia haver regras restritivas para esta questão.

Jorge Pereira, da Infosistema e GNE da APDSI, falou sobre as “tendências e desafios de uma web mais acessível no futuro”. Uma das razões apontadas para a mudança de paradigma no acesso aos conteúdos, tem a ver com o facto do acesso à web estar a ser cada vez mais feito em mobile.

As diretrizes de acessibilidade para conteúdo web (WCAG) ganharam adoção massiva mundial mas nasceram na fase pré-mobile, o que traz um conjunto de limitações: centra-se em CSS, html e conteúdos multimédia que os sites disponibilizam, e não indexa modos de interação, como gestos ou voz, o que limita o acesso a conteúdos por um número cada vez maior de pessoas.

Tânia Rocha, também professora da UTAD, apresentou os resultados de um “Estudo de Usabilidade com Utilizadores Cegos” feito numa plataforma de e-commerce, considerada uma referência no setor de retalho alimentar, e com o foco no sistema de encomendas e entregas ao domicílio. O resultado também esteve longe de ser positivo: um utilizador sem dificuldades de visão demora menos de 20 segundos a executar o processo de compra, enquanto um utilizador cego, devido à complexidade da interação e esforço cognitivo necessários para reconhecer as hiperligações, demora, em média, dez minutos e vinte e quatro segundos.

Jorge Fernandes, da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), estudou e mostrou como tem sido o estado da acessibilidade dos conteúdos web da Administração Pública Central, no período compreendido entre 2008 e 2015. Numa nota positiva, a verdade é que os sítios na web que mais utilizam o símbolo de acessibilidade são efetivamente os que têm maior preocupação com estas questões. «De 2006 a 2008 houve uma evolução bastante significativa», refere.

O validador de práticas de acessibilidade web usado para o estudo foi o “AccessMonitor” «que produz relatórios de acessibilidade de cada uma das páginas e tem um elemento que foi introduzido por nós em 2005 que usa uma expressão numérica para desenvolver a categorização», explica Jorge Fernandes. No decorrer do processo são observados cabeçalhos, listas e parágrafos num total de elementos que, quase sempre, vai além dos 300 elementos a verificar. «Se o número for inferior a 100 é de suspeitar; é porque a página é feita em java ou flash, ou então é apenas um cartão-de-visita», completou.

Na Administração Pública Central foram estudados os sítios na web de órgãos de soberania,

serviços da administração pública central, incluindo institutos públicos e serviços desconcentrados do Estado, serviços da administração pública regional e setor empresarial do Estado. **Em 2% dos sítios da Administração Pública portuguesa, 50% das páginas passam nos testes do “AccessMonitor” nível A.**

Por fim, **Pedro Sá Moreira, da Escola Nacional de Saúde Pública**, fez referência à evolução da acessibilidade dos sítios web no setor da saúde para perceber de que forma os conteúdos web institucionais cumprem os requisitos de acessibilidade para o conteúdo da web (WCAG) 2.0 do consórcio World Wide Web (W3C).

Do ponto de vista internacional, foram analisados durante um ano os Ministérios da Saúde de 193 países, tendo-se verificado uma média de sucesso de 5.1. Tendo em conta que a anterior era de 4.9, houve uma «ligeira evolução». O Japão e o Uruguai são os países que beneficiam do melhor índice de acessibilidade web.

Em Portugal, **o sítio na web do Instituto Português do Sangue e da Transplantação** é o que apresenta melhor índice, pelo que Pedro Sá Moreira entende que «é de ponderar, para cada uma das instituições, um conjunto de recomendações para as próprias perceberem internamente como podem melhorar». No geral, no setor da saúde, verifica-se um declínio nos valores de acessibilidade entre 2011 e 2015.

No setor público, os sítios premiados foram o da Imprensa Nacional Casa da Moeda, o Portal das Comunidades Portuguesas, o Gabinete Nacional de Segurança, a Comissão para a Igualdade no Emprego, a Direção Geral de Estatística na Educação e Ciência, o Diário da República Eletrónico, a Fundação para a Ciência e Tecnologia, a Administração Regional de Saúde do Algarve e o Portal do Cidadão.

Já no setor privado, entre as empresas com melhor desempenho online em matéria de acessibilidade web estão a Automóveis Citroën, a FNAC, a Livraria Bertrand e a Zara Portugal.



Equipa do AccessWeb

Sobre a APDSI

Criada em 2001, a APDSI tem por objectivo a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento em Portugal, reunindo com este interesse comum indivíduos e empresas. Na linha destes propósitos a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação tem vindo a desenvolver diversas actividades, onde se destacam uma série de estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares sobre os vários temas da actualidade na Sociedade da Informação, nomeadamente Administração Pública, Aprendizagem, Justiça, Saúde, Educação, Comércio e Negócio Electrónicos. Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interacções entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e eficaz implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o estatuto de Instituição de Utilidade Pública.

Para mais informações contacte:

APDSI

Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação

Rua Alexandre Cabral, n.º 2C - Loja A

1600-803 Lisboa

Tel.: 217 510 762

Fax: 217 570 516

E-mail: secretariado@apdsi.pt

Site: <http://www.apdsi.pt>

Blogue: <http://portugal-si.blogspot.pt/>

Facebook: <http://www.facebook.com/apdsi.portugal>

Twitter: <https://twitter.com/apdsi>